



Fl. _____

Servidor: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**UASG: 153115****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2014 – EDITAL DE AMPLA
PARTICIPAÇÃO – HABILITAÇÃO COMPLETA****Objeto**

Registro de preços para eventual contratação de livraria(s) e/ou distribuidor(es) para o fornecimento de material bibliográfico publicados por editoras nacionais e por editoras estrangeiras, quais sejam, livros, DVD, CD-ROM e/ou audiovisuais, em diferentes áreas de conhecimento, para atender às necessidades do sistema de bibliotecas, programas de pós-graduação e áreas administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e eventuais Órgãos participantes e não participantes, na forma do Decreto nº 7.892/2013, para entrega no prazo previamente estabelecido e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME**Data:** 01/10/2014**Horário:** 10:00 h

A participação neste pregão eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico e digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, a partir da data da liberação do Edital até o horário da abertura da sessão pública.

**Endereço
Eletrônico**WWW.COMPRASNET.GOV.BR

Fl. _____

Servidor: _____

**Pregoeiro e
Equipe de Apoio**

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO & GOVERNANÇA – PR-6

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

AV. PEDRO CALMON, 550, PRÉDIO DA REITORIA, 8º ANDAR, SALA 827

CEP 21.941-901

TELEFAX: (21) 3938-1775 e (21) 2560-7193

Email: pregao@pr6.ufrj.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2014

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 23079.042986/2012-20

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da Pró-Reitoria de Gestão & Governança, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 4076 de 20/05/2014, sediados na Avenida Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, 8º andar, sala 827, Cidade Universitária - Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21.941-901, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MAIOR DESCONTO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 01/10/2014

Horário: 10:00

Local: COMPRASNET / Portal de Compras Governamentais – MPOG

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de livraria(s) e/ou distribuidor(es) para o fornecimento de material bibliográfico publicados por editoras nacionais e por editoras estrangeiras, quais sejam, livros, DVD, CD-ROM e/ou audiovisuais, em diferentes áreas de conhecimento, para atender às necessidades do sistema de bibliotecas, programas de pós-graduação e áreas administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e eventuais Órgãos participantes e não participantes, na forma do Decreto nº 7.892/2013, para entrega no prazo previamente estabelecido e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão gerenciador será a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UG 153115.

2.2. É participante o seguinte órgão:

2.2.1. INST. FEDERAL DO PIAUÍ/CAMPUS PEDRO II, UG 154705.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.3.2. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

5.3.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. Maior percentual de desconto sobre o valor do livro médio;

6.6.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade total fixada no Termo de Referência para cada item;

6.6.3. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o fornecimento de material bibliográfico publicado por editoras nacionais para o item 1 e o fornecimento de material bibliográfico publicado por editoras estrangeiras para o item 2.

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos

estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto sobre o valor do livro médio.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

7.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim

como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

7.15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

7.19.1. produzidos no país

7.19.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.19.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.20. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.21.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor cujo percentual de desconto seja inferior ao mínimo exigido ou torne o preço do objeto manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços

dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

9.4. Habilitação jurídica:

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.2.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de

bens a ele necessários, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9º, inc. III, da Lei nº 8.666/1993.

9.4.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.5.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

9.5.3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

9.5.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

9.5.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a

documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. Em relação a todos os itens, os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MDPG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.6.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.6.3. no caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007);

9.6.4. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.5. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----;

Passivo Circulante

9.6.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10%(dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica para todos os itens, por meio de:

9.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7.2. Considera-se compatível em características e quantidades o fornecimento de material bibliográfico em valor que corresponda a 2800 (dois mil e oitocentos) livros médios, considerando o valor estimado pela Administração proveniente da aplicação do percentual de desconto mínimo estabelecido no Termo de Referência, para cada item, na seguinte configuração:

9.7.2.1. Para o item 1, fornecimento de material bibliográfico publicado por editoras nacionais, no valor de R\$241.220,00 (duzentos e quarenta e um mil, duzentos e vinte reais), com a apresentação discriminada de todo o material fornecido.

9.7.2.2. Para o item 2, fornecimento de material bibliográfico publicado por editoras estrangeiras, no valor de R\$193.956,00 (cento e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais), com a apresentação discriminada de todo o material fornecido.

9.7.3. Considera-se compatível em prazos o fornecimento de material bibliográfico, nos valores dispostos nos subitens e do Edital, de forma imediata e integral ou parceladamente, sendo a execução num prazo de até cinco meses para o item 1 e sete meses para o item 2.

9.7.4. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação do requisito de qualificação técnica, desde que a comprovação dos valores estabelecidos nos subitens e esteja dentro do período estabelecido no subitem .

9.7.5. Caso o vencedor da licitação seja o mesmo licitante para os itens 1 e 2, os requisitos dos subitens e deverão ser somados. Para o requisito do subitem , fica estabelecido o prazo de até sete meses.

9.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima deverão ser apresentados pelos licitantes, devidamente digitalizados, preferencialmente através do sítio do Comprasnet, com a finalidade de dar ampla publicidade à sociedade acerca dos atos praticados, mediante a opção “enviar anexo”, em arquivo único, compactado na forma “zip”; ou através do e-mail pregao@pr6.ufrj.br, cujos documentos anexos não poderão ultrapassar o limite de 5(cinco) megabytes; ou via fac-símile (fax) número 21-2560-7193, sob pena de não recebimento, no prazo de duas horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.8.1. Posteriormente, serão remetidos em original, após autorização do Pregoeiro no chat, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via sítio do comprasnet ou e-mail;

9.8.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

9.9.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o

caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.1.1. Os licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos do adjudicatário, com o objetivo da formação de cadastro de reserva, na forma do art. 11, §1º, do Decreto nº 7.892/2013, deverão manifestar seu interesse num prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do encerramento da sessão pública, após o término de eventual fase recursal, através do e-mail pregao@pr6.ufrj.br, informando os seguintes dados: nome do licitante; CNPJ; endereço; telefone/fax; dados dos responsáveis pela assinatura da ata de registro de preços, acompanhada de procuração, caso necessária; número do item/grupo de interesse em figurar como cadastro de reserva, bem como sua colocação para cada item/grupo.

13.1.2. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, com os mesmos requisitos habilitatórios previstos neste edital,

somente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 13, parágrafo único, art. 20 ou 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13.1.3. Somente poderão compor o cadastro de reserva os licitantes que tiverem participado da licitação e que não tenham sido inabilitados ou cuja proposta não tenha sido recusada.

13.2. Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

14.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.2.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.2.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.2.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

14.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

14.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.6. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.6.1. caso fortuito ou força maior;

14.6.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

14.6.3. descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

14.6.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

14.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

14.8. Será considerada extinta a garantia:

14.8.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.8.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 5(cinco) dias úteis contados de sua convocação. O prazo de vigência da contratação é de 125 (cento e vinte e cinco) dias para o item 1 e de 185 (cento e oitenta e cinco) dias para o item 2, contados do(a) assinatura do instrumento contratual, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15.2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

15.5. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” e “visto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $(6/100)$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
-----------------	---	---

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPF ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@pr6.ufrj.br, pelo fax 21-2560-7193 ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disponibilizado no preâmbulo do Edital.

21.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br ou www.pr6.ufrj.br, e também poderá ser lido e/ou obtido, mediante a apresentação de CD-R virgem ou pendrive, no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das nove horas às dezesseis horas, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 22.10.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
- 22.10.2.** ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 22.10.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta de Preço;
- 22.10.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2014.

ARACÉLI CRISTINA DE SOUSA FERREIRA

Pró-Reitora de Gestão & Governança



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º 23079.042986/2012-20

SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UFRJ

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual contratação de livraria(s) e/ou distribuidor(es) para o fornecimento de material bibliográfico publicados por editoras nacionais e por editoras estrangeiras, quais sejam, livros, DVD, CD-ROM e/ou audiovisuais, em diferentes áreas de conhecimento, para atender às necessidades do sistema de bibliotecas, programas de pós-graduação e áreas administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e eventuais Órgãos participantes e não participantes, na forma do Decreto nº 7.892/2013, para entrega no prazo previamente estabelecido e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA (QTD DE LIVRO MÉDIO)	PERCENTUAL DO DESCONTO ESTIMADO SOBRE O PREÇO DE TABELA E/OU CATÁLOGO DAS EDITORAS	VALOR ESTIMADO PELA UFRJ (R\$) PARA O LIVRO MÉDIO, CONSIDERANDO O PREÇO DE CATÁLOGO	VALOR ESTIMADO PELA UFRJ (R\$) PARA O LIVRO MÉDIO, CONSIDERANDO O PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR ESTIMADO TOTAL DA LICITAÇÃO, CONSIDERANDO 0% DE DESCONTO (PREÇO INICIAL DA LICITAÇÃO)	VALOR ESTIMADO TOTAL PARA DESEMBOLSO NO PERÍODO DE 12 MESES, CONSIDERANDO O PERCENTUAL DE DESCONTO ESTIMADO (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA E/OU DISTRIBUIDOR PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS NACIONAIS.	BR0150515	8256	27,94%	R\$119,56	R\$ 86,15	R\$987.087,36	R\$711.254,40
2	CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA E/OU DISTRIBUIDOR PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS ESTRANGEIRAS.	BR0150515	8256	19,59%	R\$119,56	R\$69,27	R\$987.087,36	R\$571.893,12

O DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS ESTRANGEIRAS								
VALOR TOTAL							R\$1.974.174,72	R\$1.283.147,52

1.2. A requisição mínima dos contratos resultantes da Ata de Registro de Preços envolverá a quantidade de 1.400 (um mil e quatrocentas) unidades de livro médio, ou o quantitativo remanescente de livros médios da Ata de Registro de Preços, situação que se configurará após sucessivas contratações dos saldos resultantes da Ata de SRP.

1.3. A requisição máxima dos contratos resultantes da Ata de Registro de Preços envolverá a quantidade de 4.200 (quatro mil e duzentas) unidades de livro médio.

1.4. Caso o saldo remanescente da ata de registro de preços seja inferior ao quantitativo da requisição mínima, cada órgão integrante, individualmente considerado, deverá adquirir o restante.

1.5. Caso este Órgão Gerenciador e/ou o(s) Órgão(s) Participante(s) desejar(m) adquirir a integralidade de livros médios registrados na Ata ou o seu quantitativo remanescente, poderão fazê-lo mediante autorização expressa do fornecedor registrado, que deverá ser imediatamente anexada aos autos.

1.6. Entende-se como valor do livro médio, o preço médio referente à quantidade total de material bibliográfico a ser adquirido.

1.7. Tendo em vista que o mais importante nesta contratação é o registro do percentual de desconto a ser aplicado aos preços de tabela/catálogo de cada editora, a contratação de livros médios poderá acarretar em quantitativos distintos da quantidade de material bibliográfico efetivamente adquirido.

1.8. Situação hipotética pode ser observada no seguinte exemplo unitário, embora nunca venha a se concretizar, uma vez que há a contratação de lotes mínimos de livros médios na forma do item deste instrumento: 1 (uma) unidade de livro médio contratada no valor de R\$86,15 (oitenta e seis reais e quinze centavos) poderá corresponder a cinco livros de valor unitário de R\$17,23 (dezessete reais e vinte e três centavos – preço de venda para a Administração), após a aplicação do percentual de desconto de 27,94% (percentual a ser obtido na licitação), onde cada livro custaria R\$22,04 (vinte e dois reais e quatro centavos) considerando o preço de tabela/catálogo da editora.

1.9. A Administração somente permitirá a adjudicação do certame para percentuais de no mínimo 27,94% para o item 1 e de 19,59% para o item 2.

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. São participantes os seguintes órgãos:

2.1.1. INST. FEDERAL DO PIAUÍ/CAMPUS PEDRO II, UG 154705.

ORGÃO PARTICIPANTE	UASG	ITEM	QUANTIDADE	PERCENTUAL DO DESCONTO ESTIMADO SOBRE O PREÇO DE TABELA E/OU CATÁLOGO DAS EDITORAS	VALOR ESTIMADO PELA UFRJ (R\$) PARA O LIVRO MÉDIO, CONSIDERANDO O PREÇO DE CATÁLOGO	VALOR ESTIMADO PELA UFRJ (R\$) PARA O LIVRO MÉDIO, CONSIDERANDO O PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR ESTIMADO TOTAL DA LICITAÇÃO, CONSIDERANDO 0% DE DESCONTO (PREÇO INICIAL DA LICITAÇÃO)	VALOR ESTIMADO TOTAL PARA DESEMBOLSO NO PERÍODO DE 12 MESES, CONSIDERANDO O PERCENTUAL DE DESCONTO ESTIMADO (R\$)
INST. FEDERAL DO PIAUÍ/CAMPUS PEDRO II	154705	1	3000	27,84%	R\$119,56	R\$86,15	R\$358.680	R\$258.450,00
VALOR TOTAL							R\$358.680	R\$258.450,00

2.2. A requisição mínima e máxima, na forma regulada nos itens a deste Termo de Referência, são, respectivamente, 2.000 e 3.000 livros médios.

2.3. A justificativa para a aquisição por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Pedro II, é a seguinte: necessidade de aquisição de acervo bibliográfico para possibilitar o início das aulas, considerando que os procedimentos internos licitatórios não terão tempo hábil para a conclusão.

2.4. O endereço de entrega do material bibliográfico a que alude o item deste Termo de Referência é o seguinte: Rua Manoel Jorge da Cruz, 750, bairro Engenho Novo, Pedro II-Piauí, CEP 64.255-000, telefones: 86-8861-6423/9530-6445.

2.5. O e-mail para contato e requisição, na forma regulada no item deste Termo de Referência é o seguinte: janaina@ifpi.edu.br ; dadmpedroii@ifpi.edu.br ; ou outro e-mail a ser criado no decorrer da execução contratual.

3. DA JUSTIFICATIVA DA UFRJ

3.1. As atividades finalistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro implicam na necessidade de aporte anual de recursos orçamentários para a aquisição contínua de material bibliográfico destinado à atualização do acervo do Sistema de Bibliotecas da UFRJ (SIBI-UFRJ).

3.2. Assegurar a aquisição/fornecimento em fluxo contínuo pelo período de 12 (doze) meses, improrrogáveis, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3.3. Possibilitar, no processo licitatório, a escolha de um fornecedor que tenha capacidade operacional para assegurar a execução físico-financeira do orçamento, preferencialmente durante o ano calendário do exercício orçamentário;

3.4. Assegurar que os materiais bibliográficos a serem adquiridos sejam disponibilizados no SIBI-UFRJ no menor intervalo de tempo a partir da autorização orçamentária da UFRJ, a cada requisição submetida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3.5. Assim, em obediência aos princípios basilares da Administração Pública (art. 37, CF), aos preceitos estabelecidos na Lei 10.520/2002 e seu Decreto Regulamentador (Decreto 5.450/2005), e em especial à previsão contida no art. 9º da Lei 10.520/2002 que autoriza a aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, propõe-se, a contratação de livrarias e/ou distribuidores especializados para fornecer materiais bibliográficos nacionais e estrangeiros destinados ao SIBI-UFRJ, para disponibilização aos estudantes de cursos de todos os níveis ofertados pela UFRJ, bem como às necessidades das atividades meio, quando for o caso.

4. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Assegurar a atualização em tempo hábil dos acervos bibliográficos destinados a apoiar as atividades acadêmicas dos estudantes de cursos de todos os níveis ofertados pela UFRJ, bem como às necessidades das atividades meio, quando for o caso.

4.2. Fomentar a atualização das referências bibliográficas dos programas das disciplinas dos diversos cursos ofertados pela UFRJ, bem como dar suporte às atividades de pesquisa e às mudanças curriculares.

4.3. Concretizar o Princípio da Economicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal especializado nos seguintes subprincípios:

4.3.1. Da Economicidade em sentido estrito, obtendo-se os maiores descontos sobre os preços de capa praticados pelas Editoras produtoras dos materiais bibliográficos a serem adquiridos pela UFRJ durante a vigência do contrato;

4.3.2. Da Eficiência, assegurando-se que os bens a serem adquiridos sejam disponibilizados ao corpo docente e discente da UFRJ no menor prazo possível e, em consequência, assegurar a aplicação com a máxima eficácia dos recursos orçamentários destinados à contratação do objeto licitado.

4.4. Contratar empresas que tenham capacitação técnica e econômico-financeira para concretizar os princípios supramencionados.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se como bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

6. DO MODELO DE PROPOSTA

6.1. Deverão constar na proposta de preços da empresa licitante, o nome do representante legal, endereço e telefone atualizado e acessível, e-mail para troca de informação e formulação dos pedidos, bem como para contato quando os materiais bibliográficos forem entregues e apresentarem defeitos de fabricação e/ou avarias ou que estejam em desacordo com os pedidos realizados.

6.2. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transportes, carga, seguro, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento para entrega.

6.3. Para fins de avaliação das propostas de preços, o proponente licitante vencedor da fase de lances deverá apresentar sua proposta final em conformidade com o exemplo abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE DE LIVROS MÉDIOS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA) = A	PERCENTUAL DO DESCONTO SOBRE O PREÇO DE TABELA E/OU CATÁLOGO DAS EDITORAS (CONFORME APRESENTADO NO LANCE DA LICITAÇÃO) = B	VALOR DO LIVRO MÉDIO (CONFORME APRESENTADO NO LANCE DA LICITAÇÃO) = C	VALOR DA PROPOSTA OFERTADA (R\$) = A * C
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXX	8256	%	R\$ xxxxxxxx	R\$ xxxxxxxx

6.4. O valor de cada proposta deve contemplar todos os encargos de responsabilidade do proponente que sejam necessários e suficientes para assegurar a entrega dos materiais, no prazo estabelecido neste instrumento, totalmente desembaraçados e livres de quaisquer ônus para a UFRJ.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. Os materiais bibliográficos deverão ser entregues no endereço especificado a seguir, devendo obedecer aos dias úteis e horários de funcionamento da CONTRATANTE para recebimento de material: Almoxarifado Central da UFRJ, Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº, Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.941-615, de segunda-feira a sexta-feira, nos horários compreendidos entre 09:00 às 17:00 horas.

7.2. Cada requisição submetida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, através do e-mail regina@sibi.ufrj.br ou outro que venha a ser criado no decorrer da execução contratual, solicitando o fornecimento de materiais bibliográficos,

deverá ser ORÇADA pela CONTRATADA, **contendo** os preços unitários e totais de catálogo de cada editora em um campo e os preços unitários e totais, após a incidência do percentual de desconto apresentado na proposta, em outro campo, **devidamente comprovados por ocasião da entrega ao SIBI via e-mail, em no máximo 10 (dez) dias corridos, a contar da data da solicitação.**

7.2.1. Os e-mails contendo as requisições poderão ser enviados, pela CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 17:00h, podendo o SIBI telefonar à CONTRATADA para averiguar o recebimento do e-mail.

7.2.2. Os preços de catálogo de cada editora deverão ser remetidos ao SIBI, por e-mail, sem prejuízo do envio previsto no item , em arquivos eletrônicos individualizados por editora, observando o seguinte exemplo: editora_XYZ.pdf. Neste arquivo deverá conter apenas os materiais bibliográficos objeto da requisição e pertencentes a esta editora.

7.2.3. O orçamento de cada requisição deverá ser enviado por e-mail utilizando-se a seguinte denominação de arquivo: req1_orc.pdf, onde reqX representa o número da requisição.

7.2.4. Após a assinatura do instrumento contratual, a CONTRATANTE, através do SIBI, deverá enviar a requisição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

7.3. A CONTRATANTE, após receber via e-mail as requisições orçadas pela CONTRATADA, efetuará a Autorização de Fornecimento do Material Bibliográfico, em observância ao prazo previsto no item deste instrumento. A partir da data de Autorização de Fornecimento inicia-se a contagem do prazo máximo, conforme subitem abaixo, para a entrega dos materiais, constantes das requisições orçadas e autorizadas, no(s) local(is) definido(s) no subitem .

7.3.1. ITEM 1 – FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS NACIONAIS. PRAZO MÁXIMO para entrega 60 (dias) corridos.

7.3.2. ITEM 2 – FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS ESTRANGEIRAS. PRAZO MÁXIMO para entrega 120 (dias) corridos.

7.3.3. Os prazos acima são os mesmos para a requisição máxima e requisição mínima, dispostas nos itens e deste instrumento.

7.4. O material entregue deve estar acompanhado das respectivas Notas Fiscais e dos catálogos de preços das editoras que compõem o pedido, devendo cada Nota Fiscal corresponder a uma única requisição.

7.5. A liquidação das Notas Fiscais para fins de pagamento só será iniciada pela CONTRATANTE se a CONTRATADA fizer a entrega dos bens de acordo com o estabelecido no item anterior (Ex.: os materiais das Requisições nº X, Y, Z; as respectivas Notas Fiscais das requisições X, Y, Z; os catálogos de preços

atualizados das editoras produtoras de todos os itens presentes nas requisições X, Y, Z), não se responsabilizando a CONTRATANTE pelos atrasos de pagamento decorrentes de inconsistências de informações geradas pela CONTRATADA.

7.6. A CONTRATANTE, através do SIBI, deverá realizar pesquisa a fim de averiguar as informações prestadas pela CONTRATADA, relacionadas à indisponibilidade **dos materiais junto às editoras e** aplicar sanções cabíveis **previstas neste instrumento** quando da inveracidade das mesmas, **também** podendo ressubmeter o pedido dos materiais bibliográficos que foram indisponibilizados.

7.7. Os bens serão recebidos provisoriamente **no prazo de até 10 (dez) dias** corridos **a contar da data de entrega de cada requisição, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.**

7.8. A CONTRATADA, por ocasião da entrega do material, deverá observar a perfeição dos materiais bibliográficos, CD, DVD, inclusive defeitos de editoração e completude da obra (inteireza e perfeição), respondendo, mesmo que após o recebimento definitivo, pela detecção ou descobrimento de defeitos ocultos, **que tornem inadequada a utilização da obra na sua finalidade.**

7.9. No caso da entrega de materiais bibliográficos (Livros, CD's, DVD's etc) defeituosos, danificados, com falhas, sujos ou amassados, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da notificação da CONTRATANTE;

7.10. Os bens serão recebidos definitivamente **no prazo de até 10 (dez) dias** corridos, **contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.**

7.10.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. QUANTO À EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1.1. Autorizar, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, o fornecimento dos materiais objeto das Requisições Orçadas pela CONTRATADA;

8.1.2. Enviar a requisição para orçamentação no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do instrumento contratual;

8.1.3. Zelar para que a execução do contrato atinja o melhor nível de eficiência possível;

8.1.4. Alertar a CONTRATADA, notificando-a por todos os meios disponíveis (correios, fax, e-mail) das sanções a serem aplicadas e pela execução ineficiente do contrato.

8.2. QUANTO À FISCALIZAÇÃO

8.2.1. Disponibilizar servidores em seu Almoxarifado Central para acompanhar o recebimento do material;

8.2.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação à execução dos fornecimentos;

8.2.3. Adotar providências e proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades necessárias à boa execução dos fornecimentos;

8.2.4. Exigir da empresa CONTRATADA integral responsabilidade pela boa execução, qualidade e eficiência no fornecimento dos materiais bibliográficos;

8.2.5. Acompanhar e Fiscalizar o fornecimento do objeto contratado, através de um representante designado para esse fim, a quem caberá registrar em livro ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.3. QUANTO AO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

8.3.1. Verificar se a CONTRATADA observa todos os procedimentos constantes de suas obrigações estabelecidas nos subitens relativos à ENTREGA DE MATERIAIS e relativo ao item OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA deste Termo de Referência.

8.3.2. Atestar, em cada nota fiscal/fatura para a qual não seja identificado qualquer problema de entrega, a efetiva entrega dos materiais.

8.3.3. Efetivar o pagamento dos bens entregues pela CONTRATADA no prazo máximo de até 30 dias, contados da data do recebimento definitivo do objeto, desde que, efetuada a conferência, não haja qualquer discrepância nas Notas Fiscais relativas a cada requisição delas constantes, no que concerne a especificações, quantidades e preços orçados. Havendo qualquer irregularidade nos bens entregues, o pagamento só será efetivado após sanadas, pela CONTRATADA, as irregularidades identificadas, **que serão formalizadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.**

8.3.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.3.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.3.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.3.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.3.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

9.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.6. REALIZAR ACESSO DIÁRIO ao e-mail informado à Administração para o seguinte propósito:

9.6.1. Verificar se existem Requisições de Materiais (novas ou ressubmissões) a serem atendidas;

9.6.2. Apresentar orçamento, no prazo previsto neste Termo de Referência, para todas as Requisições enviadas por e-mail, justificando com documento idôneo as eventuais faltas de cotação de preços;

9.6.3. Acompanhar as sanções eventualmente aplicadas em decorrência do descumprimento do CONTRATO.

9.7. QUANTO À ENTREGA DE MATERIAIS

9.7.1. Entregar os materiais dentro dos prazos e no(s) endereço(s) indicado(s) pela CONTRATANTE, sob pena de incorrer em descumprimento de cláusula contratual e serem aplicadas as sanções nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.7.2. Entregar os materiais com a emissão de uma única Nota Fiscal para cada Requisição, tudo em conformidade com as especificações, quantidade, preços e respectivo orçamento autorizado para fornecimento.

9.7.3. Apresentar à CONTRATANTE a última Tabela de Preços praticada pela Editora ou Produtora do material bibliográfico relativo ao objeto do contrato e constantes das Notas Fiscais em cada entrega.

9.7.4. Entregar a última edição de cada um dos itens requisitados para compra devidamente comprovado na edição do último catálogo da editora, bem como o respectivo preço de catálogo da editora, independentemente de eventual indicação de edição anterior por ocasião do pedido formulado pela CONTRATANTE

9.7.5. Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários para comprovação da qualidade do material, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações constantes no pedido realizado.

9.8. QUANTO À REJEIÇÃO DE MATERIAIS

9.8.1. Se o preço de algum item da tabela da editora fornecido pela CONTRATADA, aplicado o desconto previsto no contrato, for superior ao preço praticado no mercado apurado em pesquisa de mercado efetuada pela CONTRATANTE, os bens não serão aceitos, exceto se feitas as devidas correções e emitidas novas Notas Fiscais no prazo de cinco dias corridos a contar da notificação do SIBI.

9.8.2. Caso não seja emitida uma nova nota fiscal no prazo convencionado, será efetuada glosa na fatura, sem prejuízo da sanções cabíveis previstas neste instrumento.

9.8.3. Caso os materiais bibliográficos entregues não sejam de edição ou versão mais recente disponível no mercado, os mesmos serão rejeitados.

9.9. QUANTO AOS EQUÍVOCOS NA ENTREGA DE MATERIAIS

9.9.1. Arcar com o ônus dos atrasos de pagamentos decorrentes de equívocos da CONTRATADA na entrega de materiais, devendo corrigi-los conforme estabelecido QUANTO À ENTREGA DE MATERIAIS.

9.9.2. Substituir as obras que apresentarem defeitos, sempre que necessário, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação formal da CONTRATANTE.

9.10. QUANTO ÀS COMUNICAÇÕES

9.10.1. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e com antecedência, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços nos termos pactuados, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita execução, desde que desconhecidos pela CONTRATADA no momento da contratação.

9.10.2. A CONTRATADA deve manter sempre atualizados endereço, telefone, fax, e-mail e meios de contato junto à CONTRATANTE.

9.10.3. Manter a CONTRATANTE atualizada quanto aos últimos lançamentos das principais editoras que publicam títulos, cujos assuntos sejam de interesse da CONTRATANTE, encaminhando exemplares do material bibliográfico para análise e seleção.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto licitado à CONTRATANTE, e a esta é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

12.2. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários.

12.3. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.3.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.4. A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da

Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.6. A Fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer material empregado na execução do serviço que esteja em desacordo com as especificações, devendo tal substituição ser feita a pedido da Fiscalização.

12.7. As decisões que ultrapassem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior para, em tempo hábil, adotar medidas pertinentes.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.1.6. não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante, conforme condições abaixo:

13.2.1.1. Atraso de até 15 (quinze) dias para entrega do material bibliográfico, por requisição;

13.2.2. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato (valor total da requisição mínima ou máxima), por descumprimento ao prazo máximo de dez dias corridos para a orçamentação, previsto no item deste instrumento, por dia de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias, nos seguintes casos:

13.2.3.1. Descumprimento do prazo previsto para a reposição de materiais bibliográficos (Livros, CD's, DVD's etc) defeituosos, danificados, com falhas, sujos ou amassados previstos no item deste instrumento;

13.2.3.2. Atraso a partir de 15 (quinze) dias para entrega do material bibliográfico, por requisição;

13.2.4. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato (valor total da requisição mínima ou máxima), no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4.1.1. caso haja cotação parcial do material bibliográfico (indisponível, esgotado, etc) previsto no item , com qualquer justificativa não aceita pela Fiscalização do Contrato (SiBI), também considera-se inexecução parcial do objeto, cabendo a multa compensatória de 20% (vinte por cento) em relação aos materiais não orçados (obrigação inadimplida), podendo ensejar a sanção do item ;

13.2.4.2. em caso de não emissão de nova nota fiscal, de acordo com o estipulado no item , a multa compensatória fica estabelecida no percentual de 2% (dois) por cento sobre o valor total da fatura após a glosa;

13.2.5. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato (valor total da requisição mínima ou máxima), no caso de ausência de informações solicitadas pela Administração, nas situações não previstas anteriormente;

13.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo prazo de dois anos, especialmente no seguinte caso:

13.2.6.1. Verificação, pela CONTRATANTE, de que as informações de indisponibilidade dos materiais junto às editoras é inverídica, na forma do item deste instrumento.

13.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2014.

**Samantha Eunice de Miranda Marques Pontes
Bibliotecária-Documentalista**

Aprovo o Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2014.

**Daula Maria Abrantes Cotta de Mello
Coordenadora - SIEI**

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2014.

**Marcelo da Silva Gonçalves
Superintendente de Gestão e Controle**

ADENDO DO TERMO DE REFERÊNCIA

EDITORAS NACIONAIS	EDITORAS ESTRANGEIRAS
7 letras	Abbeville
AB	ABC-CLIO
ABM	Academic Press
AC Farmaceutica	Actes Sud
Addison Wesley	Addison Wesley
Aeroplano	Akal
Alaude	Alfred A. Knopf
Aldeia	Alianza
Alfa Omega	Alphonse Leduc
Alfaguara	Amadeus
Algol	Amarrortu
Alinea	American Chemical Society
Almedina	American Institute of Physics
Alta Books	American Mathematical Society
Annablume	American Psychological Association
Argos	Amorrortu
Artes Médicas	Apex Public Relations
Artliber	Apollo
Artmed	Armand Colin
Ateliê	Arno
Atheneu	Artech House
Atica	Artmed
Atlas	Ashgate
Átomo	Ayer
Átria	B. Schott's Sohne
Atual	Back Bay Books
Autêntica	Bascom Hill
Autores Associados	Basic
Azougue	Belin
BCD	Benedictions
Belas-Letras	Benjamin Cummings
Benvirá	Berg
Bertrand Brasil	Berklee
Best Bolso	Berret-Koehler
Best Seller	Bertrand Brasil
Blackbook	Bibliothèque des Arts
Blucher	Birkhäuser
Boitempo	Blackwell
Bookman	Blucher
Brasília Jurídica	Bounty
Brasiliense	Boydell
Brasport	Broadview
Brinque-Book	Broadway

Briquet de Lemos	Brooks Cole
Callis	Bruno Mondadori
Calouste Gulbenkian	Bucaneer
Campus	Butterworth-Heinemann
Caramelo	Cambridge Univ
Casa do Psicólogo	Carl Fischer
Casa Leitura Médica	Catedra
Catedral das Letras	Cengage Learning
Celso Bastos	Cerebellum
Cengage Learning	Chapman & Hall
Centauro	Chelsea Green
Centro Universitário São Camilo/Loyola	ChemTec
Cia das Letras	Chicago Univ.
Cia de Bolso	Chilton Book
Cia De Freud	Chorta
Cia Editora Nacional	Churchill Livingstone
Ciência Moderna	Circe
Ciranda Cultural	Cold Spring Harbor Laboratory
Civilização Brasileira	College
Claridade	Columbia Univ.
Claudio Lacerda	Contraponto
Climepsi	Cornell Univ
Conceito	Corti
Contexto	Cosmology Science
Contra Capa	CRC
Contraponto	Createspace
Coopmed	Da Capo
Cortez	Dance Books
Cosac Naify	DDC
Cultrix	Denoel
DCL	Dover
Del Rey	Drama
Dialética	Duncan Baird
Difusão	Edward Elgar
Difusão Paulista de Enfermagem	Edwin Mellen
DP&A	Eletrodinâmica
Edelbra	Ellug
Edgard Blucher	Elsevier
Edições 70	Englewood
Edições SM	Farrar Straus & Giro
Editora 34	Fayard
Editora do Brasil	First Musicalia
EDUCS	Flammarion
Eduerj	Florida Univ
EDUFBA	Focal Press

EDUFRGS	Fondo de Cultura Economica
EDUFU	Forum
EDUNISC	Freeman
EDUSP	Fundação Calouste Gulbekian
EGK	Gallimard
Elementar	Gedisa
Elsevier	Gia
E-Papers	Gramma
EPU	Greenwood Pub Group
EPUB	Gulf Professional
Érica	Hachette
Escala Educacional	Hacket
Escolar	Hal Leonard Books
Escrituras	Hanser Gardner
Escuta	Harper Business
ESETec	Harpercollins
Estação das Letras	Harvard Business Review Press
Estação Liberdade	Harvard Univ
Ética	Holt Rinehart & Winston
Europa-América	Houghton Mifflin
Êxito	Human Kinetics Profe
Expressão Popular	Humana Press
FCG	ICON
FGV	Independent Publisher
Fiocruz	Institute of Economic Affairs
Forense	Institute of Physics
Fórum	Instituto PIAGET
Francisco Alves	Instrument
FRBH	Interciência
FTD	Interweave
Fundamento	Iowa State Univ
FUNESP	Island
FUNPEC	It Books/Harper Collins
Futura	iUniverse
Gaia	Jeson Press
Galera Record	Jessica Kingsley
Garamond	Johns Hopkins Univ
Garnier	Jones & Bartlett
Gen LTC	Junta Castilla-Leon
Geração Editorial	Kansas Univ
Global	Kessinger
Graal	Klincksieck
Guanabara Koogan	Kluwer
Guarda Roupa	Knightsbridge
GZ	Laaber Verlag
Hagnos	Lap Lambert Academic

Harbra	Larousse
Hemus	Leebens-Marck J.
Horizonte	Lewis
Hucitec	LGF
IBAM	Liberty Fund
Ibpex	LIBSA
Ijuí	Lidel - Zamboni
Iluminuras	Lightning Source
Imagínario	Lippincott Williams & Wilkins
Imago	Literary Licensing
IMESP	Longman
Impa	Lynne Rienner
Impala	M.E. Sharp
Imperial Novo Milênio	Macmillan
Imprensa Oficial SP	Marcel Dekker
INDG	Marcial Pons
Instituto Piaget	MAS
Instituto Socioambiental	McFarland
Interciência	McGraw Hill
Intrinseca	Meredith Music
Irmãos Vitale	Michael Schoenfeldt
Itatiaia	Midpoint Trade
José Olympio	Minnesota
Juruá	Minuit
Juspodivm	MIT Press
Kapa	Monacelli Press
L&PM	Mosby
LAB	MSH/Verlag
Lacerda	Nabu
Lamparina	New England Univ
Landmark	New Society
Landy	Nick Hern
Lange	North Holland
Larousse	Northeastern Univ
Leitura Médica	Northern Illinois Univ
Lexikon	Norton
Leya	Nova Publishers
Liber	Nova Science
Livraria da Física	Oberon
Livraria do Advogado	Oreilly
Livraria Médica Paulista	Oxford Univ
Lovise	Oxford USA Trade
Loyola	Paidós
LPM	Palgrave
LTC	Pearson
LTr	Peer Management Consultants

Lucerna	Pendragon
Lumen Juris	Penguin
Lumiar	Pennsylvania Univ
Lusodidacta	Pennwell
Madras	Perish
Mais Ativos	Perspectiva
Makron	Persus
Malheiros	Phaidon
Manole	Pitman
Martin Claret	Pittsburg
Martinari	Polygon Pocketbooks
Martins Fontes	Powerhouse
Mauad	Prentice Hall
Mazza Edições	Princeton Book
McGraw Hill	Princeton Univ
Med Book	Prometheus
Mediação	Public Affairs
Medsi	Quality Medical
Melhoramentos	Random House
Memnon	Replica
Metalivros	Research Signpost
Metodo	Reverté
Moderna	Riverhead
Movimento	RMN
Mundo Cristão	Roberts
Musica e tecnologia	Rochester Univ
Musimed	Routledge
Nau	Rowman & Littlefield
Nobel	Royal Botanic Gardens
Nossa Cultura	Royal Society of Chemistry
Nova Alexandria	RSC Publishing
Nova Fronteira	Rudolf Steiner
Novamente	Running
Novatec	Rutgers Univ
Novo Conceito	Sage
Objetiva	Sanctuary
Oficina de Textos	Saunders
Panda	Scarecrow
Papirus	Schiffer
Parabola	Schirmer
Paulinas	Schocken
Paulus	Sequitur
Paz e Terra	Seuil
Pearson	Shawnee
Penguin	Sierra Club
Perspectiva	Simon & Brown

Phorte	Sinauer
Pinakothek	Slatkine Reprints
Pioneira	Smithers Rapra
Plantarum	Society for Industrial and Applied Mathematic
Plátano	Society of Petroleum Engineers
Pontes	Somogy
Porto	South and Press
Positivo	Springer
Prentice Hall	St. Martins
Presença	Steelo
Profono	Stewart Tabori
Publifolha	Stoddart
Pulso Editorial	Suzuki Method International
Qualitymark	Taylor & Francis
Quartet	Taylor Print on Dema
Quartier Latin	Teachers College
Queen	Technip
Real Gabinete Português de Leitura	Temple Univ
Record	Teorema
Reichmann & Affonso	Texas Univ
Relógio D'Água	Thames & Hudson
Relume Dumara	Theatre Arts
Renovar	Theme Medical Pub
Rés	Thomson
Revinter	Tinta Negra
Revista dos Tribunais	Toronto
Reviva	Toulouse PU Mirail
Ricordi	Trans-Atlantic
Rima	Université d'Ottawa
Rios Ambiciosos	University of Arizona
Roca	University of California
Rocco	University of Chicago
Rosari	University of Rochester
Rubio	University Science
SAFE	Universty of California
Salamandra	Usborne
Salesiana	Vikas
SAN	VSSD
Santos	W.H. Freeman
Saraiva	W.W.Norton
Sarvier	Wadsworth
Saunders	Wageningen
SBS	Watson Gupstill
Schwarcz	Waveland
Scipione	Wiley

Scriptum	William Andrew
SENAC	Willmann-Bell
Sergio Antonio Fabris	Wordsworth
Servanda	World Scientific
Starlin Alta Consultoria	Yale Univ
Studio Nobel	
Sulina	
Summus	
Synergia	
Taba Cultural	
Technical Books	
Tempo Brasileiro	
Terceira Margem	
Thesaurus	
Thompson	
Tomo	
Triom	
UERJ	
UFCG	
UFMG	
UFRGS	
UFRJ	
UFV	
Ulbra	
UNB	
UNESCO/ASA	
UNESP	
UNICAMP	
UNIFESP	
Univali	
USP	
Verus	
Vetor	
Via Lettera	
Via Optima	
Vieira & Lent	
Visual	
Vozes	
Wak	
Xamã	
Yara de Cunto	
Yendis	
Zahar	
Zouk	

Fl. _____

Servidor: _____

ADENDO B DO TERMO DE REFERÊNCIA – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Empenho									
Valor total da Requisição mínima ou Requisição Máxima	Contratante assina o Contrato	Procedimentos administrativos - 10 dias corridos = A	Contratante envia a requisição 1 - prazo máximo 10 dias corridos = B	Contratada envia a orçamentação no prazo máximo de 10 dias corridos = C	Contratante autoriza o fornecimento do Material Bibliográfico - 15 dias corridos = D	Inicia-se o prazo máximo de entrega - 60 dias corridos para o item 1 = E; 120 dias corridos para o item 2 = F	Bens recebidos provisoriamente - 10 dias corridos = G	Bens recebidos definitivamente - 10 dias corridos = H	Administração efetua o pagamento - até 30 dias corridos - considerando-se a situação ótima de não haver qualquer problema nas notas fiscais, por exemplo

	Vigência Contratual em dias corridos																								
Item 1	A	B	C	D	E																G	H	Total		
Dias	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	125
	10	10	10	15	60																10	10	125		

	Vigência Contratual em dias corridos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Item 2	A	B	C	D	F																		G	H	Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Dias	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5</

OBS: Os prazos deste cronograma correspondem a cada contratação, seja por requisição mínima ou máxima da Ata de Registro de Preços.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com sede na Avenida Pedro Calmon, nº 550, Prédio da Reitoria, 8º andar, sala 827, Ilha do Fundão – Cidade Universitária, na cidade de Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, neste ato representado pela Sra. ARACÉLI CRISTINA DE SOUSA FERREIRA, Pró-Reitora de Gestão & Governança, nomeada pela Portaria nº 4.664, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 18 de julho de 2011, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, nº XX/20XX, publicada no Diário Oficial de ../../201X, processo administrativo n.º 23079.042986/2012-20, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para eventual contratação de livreria(s) e/ou distribuidor(es) para o fornecimento de material bibliográfico publicados por editoras nacionais e por editoras estrangeiras, quais sejam, livros, DVD, CD-ROM e/ou audiovisuais, em diferentes áreas de conhecimento, para atender às necessidades do sistema de bibliotecas, programas de pós-graduação e áreas administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e eventuais Órgãos participantes e não participantes, na forma do Decreto nº 7.892/2013, para entrega no prazo previamente estabelecido e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Unit	Prazo garantia ou validade
X							

3. CADASTRO RESERVA

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade

4. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgão Participante	Unidade	Quantidade

5. VALIDADE DA ATA

5.1. **A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada, compreendendo o seguinte período: XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX.**

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. **Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).**

6.2. **Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.**

6.3. **O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.**

6.4. **Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:**

6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5. **Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.**

6.6. **O registro do fornecedor será cancelado quando:**

- 6.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;**
- 6.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;**
- 6.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou**
- 6.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).**
- 6.7.0 cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.**
- 6.8.0 cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:**
 - 6.8.1. por razão de interesse público; ou**
 - 6.8.2. a pedido do fornecedor.**

7. CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.**
- 7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, com fundamento no § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.**
- 7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.**

Dara firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão participante.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 23079.042986/2012-20

PROPONENTE:	CNPJ/MF:
ENDEREÇO:	
TELEFONE E FAX:	
E-MAIL:	
DADOS BANCÁRIOS:	
<p>OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de livraria(s) e/ou distribuidor(es) para o fornecimento de material bibliográfico publicados por editoras nacionais e por editoras estrangeiras, quais sejam, livros, DVD, CD-ROM e/ou audiovisuais, em diferentes áreas de conhecimento, para atender às necessidades do sistema de bibliotecas, programas de pós-graduação e áreas administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e eventuais Órgãos participantes e não participantes, na forma do Decreto nº 7.892/2013, para entrega no prazo previamente estabelecido e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento</p>	
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:	HORÁRIO:
VALIDADE DA PROPOSTA: (não inferior a 60 dias)	

Prezados Senhores, temos o prazer de apresentar a Vossas Senhorias, nossa proposta comercial, contendo os preços por item e o valor global anual a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE DE LIVROS MÉDIOS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA) = A	PERCENTUAL DO DESCONTO SOBRE O PREÇO DE TABELA E/OU CATÁLOGO DAS EDITORAS (CONFORME APRESENTADO NO LANÇE DA LICITAÇÃO) = B	VALOR DO LIVRO MÉDIO (CONFORME APRESENTADO NO LANÇE DA LICITAÇÃO) = C	VALOR DA PROPOSTA OFERTADA (R\$) = A * C
1	CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA E/OU DISTRIBUIDOR PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS NACIONAIS.	11256	%	R\$	R\$
2	CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA E/OU DISTRIBUIDOR PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR	8256	%	R\$	R\$

	EDITORAS ESTRANGEIRAS.				
--	------------------------	--	--	--	--

Atenciosamente,

Nome (representante legal)

Assinatura e carimbo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014
ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 23079.042986/2012-20

TERMO DE CONTRATO Nº ____/____

PROCESSO Nº 23079.042986/2012-20

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL
BIBLIOGRÁFICO QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO E A EMPRESA**

.....

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Pedro Calmon, nº 550, Prédio da Reitoria, Ilha do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 21941-901, inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.683/0001-16, neste ato representado pela Pró-Reitora de Gestão e Governança, Professora Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, conforme delegação de competência determinada pela Portaria nº. 4922 de 20 de Julho de 2011, do Magnífico Reitor desta Universidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida por _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 23079.042986/2012-20 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de livraria(s) e/ou distribuidor(es) para o fornecimento de material bibliográfico publicados por editoras nacionais e por editoras estrangeiras, quais sejam, livros, DVD, CD-ROM, e/ou audiovisuais, em diferentes áreas de conhecimento, para

atender às necessidades do sistema de bibliotecas, programas de pós-graduação e áreas administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto: conforme anexo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 125 (cento e vinte e cinco) dias para o item 1 e de 185 (cento e oitenta e cinco) dias para o item 2, contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável na forma do art.57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$...... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devido à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de livros efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20..... na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

DI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$....., (.....), correspondentes a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja

prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ – Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

ARACÉLI CRISTINA DE SOUSA FERREIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contratante

Contratada

ANEXO DO TERMO DE CONTRATO Nº _____

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE DE LIVROS MÉDIOS	PERCENTUAL DO DESCONTO SOBRE O PREÇO DE TABELA E/OU CATÁLOGO DAS EDITORAS	VALOR DO LIVRO MÉDIO	VALOR DA PROPOSTA OFERTADA (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA E/OU DISTRIBUIDOR PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS NACIONAIS.		%	R\$	R\$
2	CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA E/OU DISTRIBUIDOR PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PUBLICADO POR EDITORAS ESTRANGEIRAS.		%	R\$	R\$